



CRENÇA, AÇÃO INTENCIONAL E ANIMAIS NÃO-HUMANOS

MAYLSON GONÇALVES CANDEIRA¹

RESUMO: Este artigo visa realizar uma análise crítica da posição que será chamada de rejeicionista cuja tese principal consiste em negar a atribuição de crenças e racionalidade a animais não-humanos. Em oposição à tese rejeicionista, será proposta a abordagem minimalista da crença segundo a qual a crença é um estado representacional básico, e não proposicional. Duas teorias apresentadas neste artigo compõem a posição rejeicionista. A teoria proposta por Davidson (2001, 2004) segundo a qual há uma relação intrínseca entre crença, conceitos e linguagem, e a teoria de Stich (1979) segundo a qual os animais não-humanos não possuem crença porque as suas entidades mentais não podem ser traduzidas ao nosso repertório conceitual compartilhado. Este modelo proposicional da crença será criticado a partir da tese proposta por Dretske (1983) que argumenta que a capacidade discriminatória é suficiente para a posse de conceitos e de crenças, assim como a tese de Carruthers (2009) segundo a qual a satisfação da versão fraca da generalidade garante a posse de conceitos. Em seguida, o argumento da abordagem minimalista da crença será estendido para o campo da ação intencional e da racionalidade prática. Argumentarei que os animais não-humanos são agentes intencionais e racionais que possuem racionalidade mínima.

PALAVRAS-CHAVE: Crença; Atitude proposicional; Ação intencional; Racionalidade; Animais não-humanos.

ABSTRACT: This paper aims to making a critical analysis about a philosophical position that is called rejectionism that denies the idea that non-human animals have beliefs and rationality. Against that position, I will argue in defense of a *minimalist* approach to beliefs that argues that belief is a basic representational state rather than a propositional attitude. Two theories will be shown on behalf of rejectionist position. Donald Davidson's (2001) theory according to which there is an intrinsic relation among beliefs, concepts and language, and Stich's theory according to which we cannot ascribe beliefs to non-human animals because they do not share an isomorphic conceptual repertoire with us, human beings. This propositional model will be analyzed critically taking Dretske's theory that says the discriminatory capacities are sufficient for the possession of concepts, as well as Carruther's theory which argues that satisfying the weak version of generality restriction guarantees the possession of concepts. Then, I will extend the belief minimalist approach arguments towards intentional and rational actions performed by non-human animals. Non-human animals are intentional and rational agents that have minimal rationality.

KEYWORDS: Belief; Propositional attitudes; Intentional action; Rationality; Non-human animals.

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: maylsoncandeira@hotmail.com.

1. Introdução

A posse de crenças e outros estados mentais intencionais e a capacidade para agir de forma intencional não são típicas e restritas à nossa espécie. Uma ação se torna intencional quando é explicada, justificada e racionalizada por eventos mentais, e esses eventos mentais são os constituintes das explicações psicológicas que nós utilizamos em nossa vida ordinária. Nesse sentido, Dennett argumenta (1995) que a psicologia do senso comum é uma teoria que faz parte da forma pela qual nós compreendemos e damos sentido às ações realizadas por agentes intencionais, sejam humanos ou não-humanos. A forma mais intuitiva e eficaz para compreendermos o que é uma crença é por meio da sua manifestação em ação intencional. Dessa forma, o argumento em defesa de uma concepção *minimalista* da crença, i.e., que a natureza da crença é representacional e não proposicional, também se estende para uma noção *minimalista* da racionalidade da ação intencional.

Segundo Andrews (2006), a posse do estado mental crença, assim como a posse de racionalidade, depende do que é considerado ser a natureza da crença e da racionalidade. Em filosofia da mente e em teoria da ação, a crença tem sido tratada como uma atitude proposicional. Uma atitude proposicional possui a seguinte estrutura: uma atitude mental (acreditar, desejar) e uma proposição que é o objeto da atitude. O objeto de uma atitude proposicional é constituído por conceitos. Isso implica que a posse de uma atitude proposicional requer a compreensão e a posse de conceitos contidos nela. Dessa forma, se a crença é um evento mental cujo conteúdo é determinado por relações inferenciais entre outras crenças em uma rede holística na qual há restrições de coerência e racionalidade, então os animais não-humanos não possuem crenças.

De forma semelhante, se a racionalidade é considerada a capacidade cognitiva e intelectual típica do pensamento conceitual e essencial para a compreensão das relações inferenciais entre as atitudes proposicionais, então os animais não-humanos não possuem a capacidade para compreender as relações lógicas e inferenciais entre as premissas e a conclusão de um raciocínio prático e, portanto, não são capazes de agir de forma intencional. A posse de razões para uma ação intencional demanda que o agente seja capaz de compreender as atitudes proposicionais como as premissas de um silogismo prático. A concepção da racionalidade de agentes humanos que adota esse modelo inferencial, o que Bermúdez (2003, p.110) chama de racionalidade inferencial (*procedural rationality*), é caracterizada pela sensibilidade do agente a certos princípios básicos de inferências dedutivas e indutivas. O raciocínio prático no qual um agente se engaja em ação intencional depende da compreensão das relações inferenciais entre

o conteúdo conceitual das premissas. As premissas do raciocínio prático fornecem as razões pela qual o agente realiza uma determinada ação. Davidson (1963, 1975, 1982)² é o principal proponente da racionalidade inferencial e da concepção da crença como atitude proposicional.

O problema central deste artigo, a saber, se as atribuições de crenças a animais não-humanos podem ser verdadeiras e se faz sentido considerá-los agentes intencionais e racionais, será articulado da seguinte forma. Na primeira seção eu apresentarei os argumentos de Davidson (1975, 1982) e Stich (1979) contra a atribuição de crenças a animais não-humanos. Essa é a posição que eu chamarei de *rejeitacionismo*³. A tese central do rejeitacionismo consiste em negar ou rejeitar a atribuição de crenças a animais não-humanos porque a crença é uma atitude proposicional.

Segundo Davidson, a posse de atitudes proposicionais é o critério fundamental para a posse de racionalidade. Um agente possui crenças se, e somente se, ele ou ela possui o conceito da crença. A capacidade de compreensão linguística também é um critério para a posse do conceito de crenças. Devido à ausência da linguagem, os animais não-humanos não possuem crenças e, portanto, não são agentes intencionais. Stich (1979) também defende a tese de que os animais não-humanos não possuem crença. O argumento de Stich é semelhante ao argumento de Davidson no sentido de que, para Stich, a atribuição de crença a um sujeito pressupõe uma rede holística na qual ele ou ela possa realizar inferências a partir de um pano de fundo compartilhado de crenças. Um agente possui crença somente se nós podemos dizer *o que* ele ou ela acredita, ou definirmos o conteúdo da crença a partir de um pano de fundo.

Na segunda seção irei argumentar a favor das abordagens minimalistas que foram propostas, de formas diferentes, por Dretske (1983) e Carruthers (2009), segundo as quais os animais não-humanos possuem crenças. As abordagens minimalistas são os modelos explicativos que os *defensores* adotam para defender a atribuição de crença a animais não-humanos. Ou seja, o argumento central será em favor da tese de que a crença é um estado representacional básico que um agente utiliza para interagir com seu o ambiente cognitivo de modo a satisfazer os seus desejos e propósitos. Sejam quais forem as diferenças que existem

² As páginas referenciadas ao longo deste texto são da segunda edição das coletâneas de artigos do Davidson (2001a, 2001b, 2001c).

³ O termo rejeitacionistas [*rejectionists*] foi cunhado por Gilbert (2014) para designar uma posição no debate acerca da atribuição de atitudes proposicionais a grupos. A tese central dos rejeitacionistas consiste em negar a atribuição de crenças coletivas a grupos. Por outro lado, os chamados defensores [*believers*], argumentam que é apropriado atribuir crenças coletivas a grupos. Está fora do escopo deste artigo discutir e explorar criticamente os detalhes dessas duas posições nesse debate filosófico. O meu objetivo se resume em usar o termo *rejeitacionista* ou *rejeitacionismo* para designar a posição filosófica que nega ou rejeita atribuir crenças a animais não-humanos. No outro extremo do debate, usarei o termo *defensores* para designar a posição que defende a atribuição de crenças a animais não-humanos.

entre as capacidades psicológicas dos seres humanos e dos demais animais, as teses rejeitacionistas de Davidson e Stich não estão de acordo com as evidências empíricas.

Na terceira seção irei apresentar e explorar, a partir da concepção minimalista da crença, teorias minimalistas da racionalidade da ação intencional. O ponto central consiste em defender que os animais não-humanos são agentes racionais que realizam as ações intencionais por meio do processamento de razões básicas. Para Dretske (2006), e eu concordo com ele, as ações dos animais não-humanos podem ser consideradas e interpretadas como ações racionais mínimas. A capacidade de agir por razões básicas é um critério mínimo para considerar um agente como racional. Bermúdez (2003) sugere e recomenda que as explicações psicológicas das ações dos animais não-humanos não adotem o modelo de atitudes proposicionais como o critério explicativo básico, assim como a noção de racionalidade inferencial não é um critério adequado de atribuição de racionalidade a agentes não-humanos. As ações de animais não-humanos podem ser explicadas em termos de racionalidade mínima em vez da racionalidade conceitual que racionaliza as atitudes proposicionais.

2. Os Rejeitacionistas

Em filosofia da mente e em teoria da ação, a crença é considerada a atitude proposicional central. Esse é o argumento das teorias filosóficas que rejeitam atribuir crenças a animais não-humanos. Davidson é um dos principais proponentes da posição rejeitacionista no debate acerca da atribuição de crenças a animais não-humanos. A tese davidsoniana contra a crença e a racionalidade dos animais não-humanos possui a seguinte estrutura: há uma relação intrínseca entre crenças, conceitos e linguagem. Segundo essa tese, a posse da crença implica a posse do conceito de crença que, por sua vez, requer que o sujeito possua e compreenda a linguagem. A compreensão da natureza da crença depende da compreensão da noção de verdade objetiva (ANDREWS, 2016). Se um sujeito que possui uma crença não tem a capacidade de compreender que a sua crença é verdadeira ou falsa, então não faz sentido a atribuição da crença. A compreensão do conteúdo proposicional da crença é a condição necessária e suficiente para a posse da crença.

Os animais não-humanos possuem a capacidade *discriminatória* de identificar um objeto em seu ambiente, porém não possuem a capacidade de formar crenças sobre o conteúdo proposicional das crenças. Nós, seres humanos, podemos formar crenças a partir das relações inferenciais entre outras crenças por meio da implicação, compreender as relações inferenciais elas mesmas e ser sensíveis às normas de consistência e coerência. As capacidades

discriminatórias dos animais não-humanos os auxiliam a navegar no seu ambiente de modo a satisfazer as suas necessidades básicas. No entanto, essas capacidades não exigem a compreensão conceitual. Portanto, que uma criatura perceba que está em perigo não implica que ela possua o conceito *perigo* ou a crença de que um leão é perigoso. O conceito da crença exerce uma função central nas relações inferenciais entre o conteúdo das atitudes proposicionais.

Davidson nega a ideia de que os animais não-humanos possuam conceitos, o que implica que eles não possuem crenças. A posse de crenças requer a posse e a compreensão da linguagem. A ausência da linguagem em tais animais mostra que eles não possuem crenças. Lurz (2009) tem identificado três argumentos que compõem a tese rejeitacionista davidsoniana: o argumento da intensionalidade⁴, o argumento do holismo e o argumento conceitual. A tese davidsoniana pode ser resumida da seguinte forma.

- (i) O pensamento – ou as atitudes proposicionais – exige um número vasto de crenças;
- (ii) Um vasto número de crenças depende do conceito de crença;
- (iii) A posse do conceito da crença depende da linguagem;
- (iv) Os animais não-humanos não possuem linguagem;
- (v) Portanto, os animais não-humanos não são dotados da capacidade de pensar em termos proposicionais e, portanto, não possuem crenças.

A premissa (i) caracteriza o argumento do holismo do mental. O holismo do mental é um princípio segundo o qual o conteúdo de uma atitude proposicional é determinado pela sua localização em uma rede holística composta por inúmeras outras atitudes proposicionais que estão submetidas às normas de consistência e coerência. Deste modo, a posse de uma crença requer um pano de fundo de crenças que a identifica e que determina o seu conteúdo proposicional. Segundo Davidson, não é claro que os animais não-humanos possuam um número vasto de crenças ou um pano de fundo de crenças.

Nós identificamos pensamentos, podemos diferenciá-los, os descrevemos apenas na medida em que eles possam ser localizados em uma rede de crenças interligadas. Se nós pudéssemos, de forma inteligível, atribuir uma simples crença a um cachorro, então nós poderíamos imaginar como o cachorro

⁴ Apesar de estar estritamente relacionado aos argumentos do holismo e ao argumento conceitual, neste artigo não irei discutir o argumento da intensionalidade. No entanto, irei apresentá-lo aqui de forma breve. A intensionalidade semântica de sentenças usadas para atribuir uma atitude proposicional determina o valor de verdade da atribuição, que pode ser modificado de verdadeiro a falso e vice-versa. Por exemplo, se um cachorro acredita que o gato está na árvore, nós podemos usar a sentença “o cachorro acredita que o gato está na mangueira” ou “o cachorro acredita que o gato está na árvore mais velha da casa”, etc (DAVIDSON, 2001, p.98). O conteúdo intensional de uma crença é constituído pelas relações inferenciais entre as atitudes proposicionais que podem ser expressas por sentenças semanticamente opacas.

poderia ter outras crenças necessárias para fazer sentido da primeira [...] Cada crença demanda não apenas outras crenças que a conferem conteúdo e identidade, mas também toda atitude proposicional e sua particularidade dependem de uma rede de crenças interligadas (DAVIDSON, 2004, p.98)⁵.

No quadro de crenças a partir do qual nós podemos atribuir uma crença particular a um sujeito, há a norma de coerência que mantém as atitudes proposicionais relacionadas de forma coerente e verdadeira. Davidson afirma que a posse de uma atitude proposicional requer que o sujeito possua uma lógica; isso que significa que a posse de atitudes proposicionais significa que o sujeito que as possui é uma criatura racional (DAVIDSON, 2004, p.99).

A premissa (ii) caracteriza o argumento conceitual. Este argumento estabelece uma condição que, segundo Davidson, apenas a posse da linguagem pode atender. O argumento tem dois passos:

- (iia) A posse do conceito da crença é a condição necessária para a posse da crença;
- (iib) A posse do conceito da crença exige a posse e a compreensão da linguagem (DAVIDSON, 2004, p.102).

Davidson, como está claro na premissa (ii), identifica o evento mental *crença* com a posse do conceito da crença. Isso significa que o critério que Davidson parece adotar para a atribuição legítima da crença é que o sujeito que a possui seja capaz de compreender as relações inferenciais entre os conceitos que constituem o conteúdo da crença. Por exemplo, a zebra vê um leão e o identifica como uma ameaça a sua sobrevivência. Poderíamos atribuir à zebra a crença de que o leão é um predador? Para Davidson, a resposta àquela pergunta é negativa, pois a crença de que o leão é um predador exige que a zebra compreenda o conteúdo da sua crença, a saber, que ela compreenda a proposição que caracteriza o seu estado mental. A proposição, por sua vez, é constituída pelos conceitos *leão*, *predador*, *perigo*, *felino*, *mamífero*.

Davidson afirma que uma criatura pode interagir com o ambiente por meio de formas diversas e complexas sem que ela articule ou compreenda quaisquer proposições, por exemplo, a zebra pode discriminar o leão por meio das propriedades físicas tais como o tamanho, a cor, etc. Devido a essas capacidades discriminatórias, a zebra pode adotar cursos de ação para a fuga. Davidson também diz que a zebra pode realizar certos tipos de generalizações no sentido de reagir a certos estímulos com os quais ela já teve familiaridade em situações passadas. No entanto, a posse das capacidades discriminatórias não implica que a zebra possua a crença de que há um leão no ambiente. A posse da crença de que há um leão nas redondezas pressupõe um sistema de conceitos e proposições. Tal sistema constitui o entendimento conceitual do mundo.

⁵ Todas as citações traduzidas ao longo deste trabalho são de minha responsabilidade.

A posse do conceito da crença demanda a posse do conceito de verdade objetiva (DAVIDSON, 2004, p.104). Um sujeito possui o conceito de crença apenas se compreende a possibilidade de estar errado, e essa possibilidade é possível apenas no contexto de interpretação que depende do conceito de verdade objetiva. Davidson, portanto, afirma enfaticamente que apenas um membro de uma comunidade linguística possui o conceito da crença (DAVIDSON, 1984, p.170). A conclusão da tese davidsoniana, portanto, é que, uma vez que os animais não-humanos não possuem nem compreendem a linguagem, eles não possuem o conceito da crença.

Stich (1979) apresenta um argumento semelhante ao argumento davidsoniano. Segundo Stich, o holismo da crença é o critério fundamental para a posse de crenças. No entanto, a tese de Stich difere da tese davidsoniana no sentido de que, para Stich, a atribuição do conteúdo da crença pressupõe uma rede compartilhada de crenças, ao passo que, para Davidson, o conteúdo da crença pressupõe uma rede de crenças verdadeiras. Segundo Stich, ao atribuir a crença à minha cachorra de que enterrei ossos no jardim da casa, não parece claro o que de fato nós tomamos a ser o conteúdo proposicional de tal evento mental. A sentença “Mia acredita que há um osso enterrado no jardim” não faz sentido, segundo Stich, porque o pano de fundo de crenças no qual a crença de que há osso no jardim está inserida faria sentido apenas se a Mia também compartilhasse conosco, seres humanos, tal pano de fundo de crenças. Se a crença da Mia não pode ser traduzida ao nosso repertório conceitual, então a Mia não possui a crença de que há ossos enterrados no jardim. O argumento de Stich, que também é rejeitacionista, é resumido da seguinte forma por Andrews (2016).

- (i) Possuir uma crença requer a posse de um conceito;
- (ii) A posse de um conceito requer a posse e a compreensão de um quadro de crenças e o conhecimento sobre as relações inferenciais por meio das quais os conceitos se relacionam entre si;
- (iii) Os animais não-humanos não possuem esse tipo de conhecimento;
- (iv) Os animais não-humanos, portanto, não possuem crenças.

Voltemos ao exemplo da Mia. Mia viu que eu enterrei um osso no jardim. Mia tem a crença de que há um osso no jardim e o desejo de comê-lo. No entanto, como Stich sugere, Mia não tem o conceito de *osso* nem o conceito de *jardim*. Dada a pobreza cognitiva e intelectual da Mia, nós não podemos atribuir a ela a crença de que há um osso enterrado no jardim. Se Mia não possui os conceitos de *osso*, *jardim*, *enterrar*, então ela não tem a crença de que há um osso enterrado no jardim. Nós podemos atribuir uma crença a um agente apenas se nós podemos individuar e identificar o conteúdo da crença atribuída.

Nós podemos atribuir uma crença com um conteúdo específico a um sujeito apenas se nós pudermos assumir que o sujeito possui uma rede vasta de crenças interligadas que é isomórfica à nossa própria rede de crenças (STICH, 1979, p.22).

Se um sujeito não compartilha uma parte considerável do nosso repertório compartilhado de crenças e conceitos, então tal sujeito não possui crenças, uma vez que a atribuição de crenças é possível somente quando nós podemos atribuir e identificar o conteúdo das suas crenças a partir do nosso repertório conceitual compartilhado.

O erro central das duas teorias rejeitacionistas acima apresentadas é que elas tomam as crenças como atitudes proposicionais que exigem a capacidade de raciocínio inferencial e conceitual. As atitudes proposicionais são apropriadas quando estamos explicando a vida mental de seres linguísticos. O erro de Stich, assim como o de Davidson, é estabelecer um critério intelectual bastante alto e exigente sem levar em conta as capacidades de processamento de informações específicas de cada espécie.

Do fato de animais não-humanos não possuírem atitudes proposicionais não se segue que eles não possuem crenças nem conceitos. Os animais não-humanos possuem crenças enquanto estados representacionais básicos por meio dos quais eles interagem com o seu ambiente cognitivo. O modelo de atitudes proposicionais estabelece uma distinção entre um estado representacional e uma atitude proposicional e considera a assunção de que um evento mental se torna uma crença apenas quando o seu conteúdo conceitual possa ser identificado. Assim, um mero estado representacional não pode ser considerado uma crença. Na próxima seção apresentada e defendida, em oposição à tese rejeitacionista, duas teorias que compartilham uma tese em comum, que eu chamarei da tese minimalista da crença. Essa tese caracteriza a posição dos defensores das crenças de animais não-humanos.

3. Os Defensores

Na seção anterior foram apresentadas as duas teses que caracterizam a posição dos rejeitacionistas. Os rejeitacionistas negam a atribuição de crenças a animais não-humanos porque a tese central consiste na assunção de que a crença é uma atitude proposicional. A crença e o seu conteúdo são identificados pela sua localização na rede holística composta de outras crenças e são individuados pelas relações inferenciais entre aquelas crenças e outras atitudes proposicionais. A atribuição de crenças a animais não-humanos requer que tais sujeitos possuam a compreensão das proposições e dos conceitos envolvidos ou contidos em suas crenças e a capacidade de compreender as relações inferenciais entre os seus pensamentos. Ou seja, o modelo proposicional assume que a natureza da crença é proposicional, e que o critério

de atribuição de crença a um sujeito é a compreensão e o entendimento conceitual. No entanto, é um erro metodológico tratar dessas questões de maneira *a priori*, como o faz o modelo proposicional. Nós precisamos de um modelo minimalista da crença para explicarmos a vida mental e as ações intencionais dos animais não-humanos.

De modo a evitar esse erro metodológico, eu rejeito o modelo proposicional da crença como critério de atribuição a animais não-humanos. O modelo proposicional não é a forma apropriada da explicação psicológica da vida mental de tais animais. A crença, enquanto um estado mental básico, não requer a posse de conceitos. A tese que será defendida, contra a tese rejeitacionista, é intitulada de abordagem minimalista da crença. A abordagem minimalista é assumida pelos *defensores* que são os proponentes da atribuição de crenças a animais não-humanos. A tese central dos defensores é que as crenças são eventos mentais não proposicionais; elas são estados representacionais básicos. Esses estados informacionais *básicos* são disposições epistêmicas caracterizadas não em termos de inferências lógicas que um sujeito possa realizar, mas em termos de generalizações por meio das quais um sujeito processa e combina as informações relevantes para a execução de uma ação intencional (NEWEN, 2018, p.2).

As capacidades que um organismo tem para representar o ambiente e adotar cursos de ações que satisfaçam as suas metas e desejos são suficientes para caracterizar um estado mental como crença. A crença básica é o tipo de representação mental que um sistema cognitivo utiliza para representar o mundo de forma não proposicional. É claro que há crenças que envolvem e são constituídas por conceitos, i.e., crenças cujos objetos são proposições que são, por sua vez, constituídas por conceitos. Por exemplo, a minha crença de que o sol é a estrela central do sistema solar envolve conceitos como *estrela*, *sol* e *sistema*, isso significa dizer que a crença é uma atitude proposicional, pois a posse de tal atitude requer a posse e a compreensão de proposições que, por sua vez, envolvem a posse e a compreensão do aparato linguístico. Além de assumir a tese de que os animais não-humanos possuem de fato crenças, nós podemos também assumir a tese de que eles possuem conceitos sem assumir o modelo proposicional.

Segundo Dretske (1983, p.3), as crenças são estados representacionais cujo conteúdo é limitado ao tipo de informação que um organismo possa processar. Um corolário dessa afirmação é que é um erro atribuir capacidades cognitivas e representacionais além das capacidades de processamento de informações que um organismo possui. Ou seja, a atribuição de quais conceitos uma criatura possui depende da sofisticação conceitual e das capacidades cognitivas que o animal possui e utiliza para articular, desenvolver e processar as informações

de acordo com as suas capacidades discriminatórias e classificatórias. Nesse sentido, Davidson, e, sobretudo Stich, estão errados ao afirmarem que os animais não-humanos não possuem crenças porque eles não possuem linguagem nem possuem as capacidades cognitivas e conceituais para compreender uma rede compartilhada de conceitos.

Dretske (1983, p.7) argumenta que os golfinhos são seres que possuem crenças sobre cilindros. Os golfinhos possuem um aparato sensorio sonar bastante sofisticado que os permite identificar, classificar e discriminar os objetos. Eles conseguem distinguir, por exemplo, objetos cilíndricos de objetos não cilíndricos. Eles são sensíveis a informações sobre a forma de objetos cilíndricos, independente se a estrutura do objeto é de metal, plástico, madeira, etc., uma vez que a posse do conceito *cilindricidade* é determinada pelas capacidades de processar informações por meio do aparato sonar. Nesse sentido, nós podemos atribuir aos golfinhos o conceito de cilindro e a capacidade de possuir crenças sobre quais objetos possuem a propriedade *cilindricidade*.

Para Dretske (1983, p.11), a atribuição de um conceito a um organismo deve ser baseada não apenas na disponibilidade das informações que o ambiente fornece, mas também que elas sejam processadas e usadas pelo organismo por meio das suas capacidades discriminatórias e classificatórias. Se uma zebra é sensível às propriedades informacionais que um leão possui que o caracterizam como um predador, então a zebra possui a crença de que o organismo que ela vê no ambiente é um predador. A crença de que o leão é um predador guia, causa e justifica um certo curso de ação, e.g., a fuga. A atribuição de crença a um organismo, seja ele qual for, implica que nos comprometamos com as capacidades de obtenção e de processamento de informação que o organismo possui. Os golfinhos possuem o conceito de cilindro e, portanto, possuem crenças de que algo cai sob o conceito cilindro. Para Dretske, portanto, as capacidades discriminatórias constituem as condições suficientes para a atribuição ou a posse de conceitos.

Carruthers (2009) também defende a tese de que os animais não-humanos possuem conceitos. Diferentemente de Dretske, Carruthers assume que o requerimento básico para a posse de conceitos é que o organismo satisfaça a *restrição da generalidade*. Esta restrição foi proposta por Evans (1982) para explicar o sentido no qual os pensamentos são estruturados (EVANS, 1982, p.100). A posse de pensamentos estruturados implica que o sujeito possui capacidades conceituais de inferir ou generalizar, a partir de um simples pensamento, outros pensamentos. De acordo com a restrição da generalidade, um sujeito que possui a capacidade de pensar estruturalmente é capaz de articular um pensamento que possui uma estrutura particular intraproposicional que o permite decompor e recombinar os elementos daquela

estrutura de modo a compor outros pensamentos proposicionalmente relacionados. Os elementos que compõem a estrutura dos pensamentos são os conceitos. Em outras palavras, os pensamentos são conceitualmente estruturados (EVANS, 1982, p.104). Um sujeito que possui conceitos deve satisfazer a restrição da generalidade e ser capaz de articular e compreender pensamentos estruturados que possuem composicionalidade e sistematicidade.

Carruthers assume a hipótese segundo a qual os conceitos são componentes de representações complexas que constituem os pensamentos; os conceitos são representações mentais (CARRUTHERS, 2009, p.91.). A restrição da generalidade é considerada o principal critério para estabelecer as diferenças entre as capacidades cognitivas dos seres humanos e as capacidades cognitivas dos animais não humanos. Carruthers propõe duas versões da restrição da generalidade.

Restrição de generalidade forte: se um organismo possui os conceitos F e a (e é capaz de pensar Fa), então para *todos* (ou quase todos) outros conceitos G e b que o organismo possuísse, seria metafisicamente possível que aquele organismo pudesse pensar Ga , no mesmo sentido que seria possível pensar Fb .

Restrição de generalidade fraca: se um organismo possui os conceitos F e a (e é capaz de pensar Fa), então para *alguns* outros conceitos G e b que o organismo possuísse, seria metafisicamente possível que aquele organismo pudesse pensar Ga , no mesmo sentido que seria possível pensar Fb . (CARRUTHERS, 2009, p.96).

Carruthers (2009, p.93) apresenta e explora evidências empíricas da dança das abelhas em defesa da tese de que tais criaturas satisfazem a versão fraca da restrição da generalidade. As abelhas possuem um aparato perceptivo que as permite calcular a distância, a direção e qualidade de uma fonte de néctar através do compartilhamento de informações por meio da dança. Elas possuem a capacidade para organizar e armazenar informações e recursos cognitivos para realizar certos tipos de inferências entre aquelas informações. A informação de que há néctar a duzentos metros de distância da colmeia é utilizada tanto para transmitir tal informação a outras abelhas por meio da dança quanto para ir até a fonte de alimento e retornar à colmeia. Nesse sentido, pode-se atribuir a abelhas a crença de que há néctar a duzentos metros de distância, uma vez que, em um sentido mínimo, as abelhas possuem os conceitos de distância, localização, e assim por diante.

As crenças das abelhas possuem uma estrutura composta por conceitos que representam a distância e a localização da fonte de néctar assim como a qualidade do néctar (CARRUTHERS, 2009, p.93). Os conceitos são os componentes de pensamentos que são, por sua vez, constituídos por representações mentais. Cada componente pode ser combinado com pelo menos *alguns* outros conceitos que o organismo possui. Se as abelhas possuem conceitos,

então cada componente dos seus estados mentais se combina com pelo menos *alguns* outros conceitos que elas possuem.

Para Carruthers, se um organismo satisfaz a versão fraca da restrição da generalidade, e o comportamento do organismo nos permite atribuir a ele uma gama de pensamentos minimamente estruturados, então nós temos razões empíricas para argumentar a favor da tese de que tal organismo possui pensamentos que são estruturados e compostos por conceitos (CARRUTHERS, 2009, p.97). A versão fraca da restrição da generalidade garante que os pensamentos de um organismo são compostos de conceitos como partes daqueles pensamentos. As abelhas possuem os conceitos néctar, distância, localização que são estruturados e combinados conforme a versão fraca da restrição da generalidade.

A crença de um animal não-humano, portanto, é um estado representacional que possui uma organização sistemática mínima que o permite representar o ambiente de forma adequada para a execução de ações intencionais e racionais de acordo com as suas capacidades cognitivas. Uma forma de atribuir racionalidade a um organismo é por meio da avaliação das suas ações intencionais. Nesse sentido, na próxima seção argumentarei em defesa de uma abordagem minimalista da racionalidade, em oposição ao modelo inferencial ou proposicional da racionalidade.

4. Racionalidade Inferencial e Racionalidade Mínima

O modelo proposicional assume a tese de que a natureza da crença é proposicional. Este modelo está estritamente vinculado com a *racionalidade inferencial* (BERMÚDEZ, 2003, p.110). Davidson (2001), novamente, é o principal proponente do modelo inferencial do raciocínio prático. Davidson defende explicitamente a tese segundo a qual a posse de atitudes proposicionais é o critério fundamental para a posse de racionalidade. Um agente possui crenças se, e somente se, ele possui o conceito da crença. O argumento se estende para ações intencionais. Segundo Davidson, um agente é racional se, e somente se, ele ou ela compreende as suas crenças e desejos como premissas de um silogismo prático (DAVIDSON, 2001, p.86). Ou seja, o tipo de silogismo prático defendido por Davidson demanda que o agente compreenda que as suas atitudes proposicionais são premissas que estão em relações inferenciais lógicas.

À primeira vista, o modelo inferencial de racionalidade parece ser a forma natural da explicação psicológica das ações intencionais de agentes linguísticos. Todavia, este modelo falha quando rejeita explicar as ações intencionais de agentes não-humanos em termos de racionalidade. Bermúdez (2003, p.116) recomenda que a maneira adequada para explicar a

racionalidade prática de seres não linguísticos é rejeitar o modelo inferencial da racionalidade. Ou seja, é um erro metodológico rejeitar a ideia de que os animais não-humanos não são agentes racionais e intencionais porque não articulam silogismos práticos. Nós precisamos adotar uma noção minimalista da racionalidade.

Uma noção de racionalidade mínima nos confere a possibilidade de interpretar as ações dos animais não-humanos como ações minimamente racionais. A racionalidade mínima é a capacidade cognitiva que leva um agente a realizar ações por razões básicas. Essas ações estão sob o poder causal das razões, e o conteúdo daquelas razões explicam e justificam as ações. Nesse sentido, Dretske (2006) argumenta que a racionalidade mínima é um pré-requisito para um agente jogar o jogo da racionalidade. Dretske apresenta e explora um exemplo interessante em defesa da sua tese. Antes de apresentar o exemplo, Dretske apresenta a tese sobre o papel causal da crença. As crenças, como já dito antes, são estruturas representacionais que são configuradas a partir de certas entradas informacionais e que determinam e causam uma saída comportamental apropriada às pressões ambientais. Esses estados representacionais possuem *significado* que explica por que um agente agiu de determinada forma (DRETSKE, 1991, p.83). Uma ação A foi realizada por um organismo como um resultado do poder causal de uma causa interna C, que é uma representação mental. C tem a função de indicar ou representar os objetos, eventos, ou estados de coisas do mundo. A crença é uma representação interna relevante para que um agente realize ações intencionais que são apropriadas e racionais porque ela o capacita a representar o ambiente de forma precisa e adequada. Uma representação não se resume apenas em causar um comportamento, mas o seu significado explica por que tal comportamento está sendo realizado. O significado — ou a função de *indicar* — de um pensamento explica a sua função causal (DRETSKE, 2006, p.60).

Drestke (2006, p.58) apresenta o seguinte exemplo. Um pássaro tenta comer uma borboleta-monarca. As borboletas dessa espécie se desenvolvem em certos tipos de folhas tóxicas. Uma borboleta-monarca que pousa nessas folhas acaba carregando uma pequena quantidade de veneno nocivo aos pássaros. Ao comer uma borboleta-monarca, um pássaro então ingere veneno que o causa a vomitar. Após a primeira experiência com esse tipo de borboleta, o pássaro passa a evitar comer indivíduos daquela espécie. Dias após essa primeira experiência, o pássaro encontra uma borboleta vice-rei, que possui uma aparência bastante similar à aparência da borboleta-monarca. A borboleta vice-rei, todavia, não carrega substâncias venenosas ao pássaro. A borboleta vice-rei desenvolveu essa aparência devido ao mimetismo como um mecanismo de defesa. Ou seja, a borboleta vice-rei possui a aparência semelhante à

aparência da borboleta-monarca que faz com que o pássaro “pense” que ela é uma borboleta venenosa. (DRETSKE, 2006, p.58).

O pássaro vê a borboleta vice-rei e não tenta comê-la. O significado da representação interna do pássaro indica que a borboleta vice-rei é venenosa e tal significado molda e causa a sua ação, i.e., a representação interna do pássaro possui uma relevância explicativa em seu comportamento. O pássaro não comeu a borboleta porque ele tinha a crença de que aquela borboleta era venenosa e tinha o desejo de não ingerir alimento nocivo. Um comportamento minimamente racional é explicado pelo significado ou conteúdo que uma representação interna tem na causação e na explicação do comportamento. Embora o pássaro não articule o tipo de raciocínio do modelo proposicional e inferencial, i.e., ele não compreende que as suas representações internas são premissas em um silogismo prático, ele articula um raciocínio minimamente racional ao evitar ingerir um alimento que ele acredita ser venenoso e que coloca em risco a sua sobrevivência. Dretske, então, conclui que o comportamento do pássaro pode ser explicado e interpretado por meio de uma explicação intencional — uma explicação em termos do conteúdo de crenças e desejos (DRETSKE, 2006, p.62). Os animais não humanos, portanto, realizam ações intencionais e racionais, i.e., nós podemos atribuir racionalidade a eles e interpretar as suas ações como ações realizadas por razões que são processadas pela racionalidade mínima no campo da ação.

Os agentes não-humanos destituídos de capacidades conceituais – composicionalidade, produtividade, sistematicidade – são agentes intencionais que agem por razões. Eles podem ocupar ilhas de racionalidade prática nas quais um agente realiza uma ação intencional por razões práticas que a justificam e a tornam racional e intencional (HURLEY, 2006, p.108). O espaço das razões é considerado o lugar abstrato no qual as capacidades conceituais são postas em exercício. Segundo Hurley, a posse de razões práticas não requer a posse de habilidades conceituais. Ela propõe uma reconfiguração do espaço das razões, segundo a qual o espaço das razões é o espaço da ação intencional em vez do espaço de inferências lógicas e conceitualização. Hurley argumenta que agir por razões não exige habilidades conceituais quando consideramos que as razões práticas para uma ação intencional não são atitudes proposicionais.

A ação intencional, para Hurley, envolve um tipo particular de holismo, que consiste em um tipo de estrutura recombinante por meio da qual um agente é capaz de combinar meios distintos para alcançar o mesmo fim, e.g., quando macacos usam diversas ferramentas para caçar alimentos dentro de madeiras ocas, ou pedras para quebrar alimentos. O uso de

ferramentas para a obtenção de alimentos é uma evidência empírica que sugere um tipo de raciocínio minimamente racional. O uso de ferramenta depende da capacidade cognitiva de considerar um instrumento particular como um meio para alcançar um certo fim, identificar um problema particular (obter comida), considerar maneiras distintas para resolver o problema em questão, e perceber que outros objetos podem ser utilizados para o mesmo fim. Essa estrutura holística mínima, que é anterior ao holismo das atitudes proposicionais, constrange ou restringe as intenções, os meios e os fins que caracterizam uma ação intencional (HURLEY, 2006, p.122).

Esse holismo da ação intencional é um tipo particular do que Hurley chama de *generalidade flexível*. A generalidade flexível significa que há diferenças em graus na capacidade cognitiva para usar informações de forma estruturada e racional. Nesse sentido, Hurley argumenta que a racionalidade é uma capacidade que é melhor entendida quando considerada um meio para a solução de problemas específicos, tais como os problemas da dança das abelhas, da identificação de cilindros pelos golfinhos, a ação de evitar ingerir alimentos potencialmente nocivos, e assim por diante. A racionalidade é uma capacidade que varia em graus e que é utilizada para fins específicos de acordo com as necessidades típicas de cada espécie. A racionalidade pode ser desacoplada em ilhas de racionalidade prática (HURLEY, 2006, p.123.). Os agentes não-humanos agem em suas ilhas específicas de racionalidade que não exigem habilidades conceituais de alto nível tal como a forte generalidade. A teoria das ilhas de racionalidade prática parece estar de acordo com a versão fraca da restrição da generalidade proposta por Carruthers, segundo a qual as abelhas possuem conceitos mesmo não satisfazendo a versão forte da restrição.

O espaço das razões agora é visto como ilhas da racionalidade prática nas quais aos agentes não-humanos é atribuída racionalidade e por meio da qual eles são avaliados e considerados agentes que agem por razões contextualmente estrangidas pelo holismo da ação intencional. É claro que os seres humanos são agentes que possuem capacidades conceituais mais sofisticadas, mas isso não nos impede de considerar os animais não-humanos como agentes intencionais e racionais.

Considerações Finais

O modelo proposicional da crença e da racionalidade conceitual intelectualiza em demasia a mente humana e estabelece critérios cognitivos bastante exigentes para a avaliação e a atribuição da crença e da racionalidade a seres não linguísticos. Os exemplos empíricos apresentados pelos *defensores* colocam em xeque a tese rejeitacionista, segundo a qual a ausência da posse e da compreensão de conceitos torna inviável a existência de crenças não linguísticas. Como argumentei ao longo deste texto, a natureza da crença é representacional, e não proposicional. A crença é um estado que carrega informações sobre o ambiente, informações que são relevantes para um organismo agir de modo a satisfazer os seus desejos e alcançar as suas metas em termos evolutivos. Além disso, em defesa de uma abordagem minimalista da crença, argumentei em defesa da tese de que os animais não-humanos possuem conceitos quando satisfazem a versão fraca da generalidade, como apresentada por Carruthers. A tese de Dretske, segundo a qual as capacidades discriminatórias são suficientes para a posse de conceitos, também colocou em xeque a tese rejeitacionista segundo a qual a posse de conceitos requer a posse e a compreensão da linguagem e uma rede conceitual compartilhada por membros de uma comunidade linguística.

Os animais não-humanos possuem crenças e conceitos que se organizam de maneira sistemática em uma estrutura cognitiva rudimentar. Por meio dessa organização sistemática, eles agem de forma racional e intencional. Contra a racionalidade inferencial, como defendida por Davidson, foi argumentado também que os animais não-humanos são agentes racionais mesmo que eles não possuam a capacidade de compreender que as suas razões são premissas em um silogismo prático. A racionalidade mínima é a capacidade de agir de forma intencional e racional por meio de razões que são, por sua vez, representações mínimas. As razões para a ação intencional de animais não-humanos são constrangidas por um tipo de holismo no campo da ação, como argumenta Hurley. Os animais não-humanos são, portanto, agentes intencionais e racionais que agem de acordo com as suas crenças, desejos e intenções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, Kristin, "Animal Cognition", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/cognition-animal/>

BERMÚDEZ, J. (2003a). *Thinking Without Words*. Cambridge MA, MIT Press.

CARRUTHERS, P. 2009. Invertebrate concepts confront the generality constraint (and win). In *The philosophy of animal minds*, ed. R. Lurz, 89–107. Cambridge: Cambridge University Press.

DAVIDSON, Donald, 2001a, *Essays on Actions and Events*, Oxford: Oxford University Press.

—2001b, *Inquiries into Truth and Interpretation*, Oxford: Clarendon Press, 2nd edn.

—2001c, *Subjective, Intersubjective, Objective*, Oxford: Clarendon Press.

DENNETT, D. (1995). “Do Animals Have Beliefs?” In H. Roitblat & J. Meyer (eds.), *Comparative Approaches to Cognitive Science*: MIT Press. 111–118.

DRETSKE, F. (1983). *The Epistemology of Belief*. Synthese. Vol. 55, No. 1, Justification and Empirical Knowledge, Parts I and II (Apr., 1983), pp. 3-19.

— (1988). *Explaining Behavior: Reasons in a World of Causes*. Cambridge: MIT Press.

—. (2006). “Minimal Rationality.” In S. Hurley & M. Nudds (eds.), *Rational Animals?* pp. 107–116. Oxford: Oxford University Press.

EVANS, G., 1982. *The Varieties of Reference*, Oxford: Oxford University Press.

GILBERT, Margaret (2014). *Joint Commitment. How We Make the Social World*. Oxford: Oxford University Press

HURLEY, S.L (2003a), “*Animal Action in the Space of Reasons*”, *Mind and Language*, 18:231-256

—, (2006). *Making sense of animals*. In S. Hurley & M. Nudds (Eds.), *Rational animals?* (pp. 139-171). New York, NY, US: Oxford University Press.

LURZ, R. (2009). *The Philosophy of Animal Minds*. New York: Cambridge University Press.

NEWEN, Albert; STARZARK, Tobias. (2019). *How to Ascribe Beliefs to Animals*. *Mind & Language*, 2020: 1-19.

STICH, Stephen P. (1979). *Do animals Have Belief?* *Australasian Journal of Philosophy* 57 (1):15-28 (1979)